



Acompanhado de outros oficiais, o general Leonel (D) conversa com o presidente do Congresso

Forças Armadas reconhecem o desempenho do Congresso

Ministro-chefe do Emfa também transmite ao senador Antonio Carlos Magalhães a confiança em que os parlamentares saberão cumprir com seu dever para com o povo brasileiro



A reunião da Comissão de Assuntos Econômicos em que foi aprovado o parecer favorável ao projeto

Descentralização nos recursos para carentes

Os recursos destinados ao atendimento das populações carentes poderão ser repassados com mais facilidade aos estados e municípios. A Comissão de

Assuntos Econômicos aprovou ontem projeto de lei com esse objetivo. A proposta, do Executivo, seguirá agora ao plenário para deliberação. **Página 6**

O ministro-chefe do Estado-Maior das Forças Armadas (Emfa), Benedito Onofre Leonel, levou ontem ao presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, os cumprimentos das Forças Armadas pelo desempenho do Congresso Nacional durante o ano que passou, com a

aprovação de inúmeras matérias de interesse relevante para o desenvolvimento do país.

Já o senador Gilvam Borges afirmou que a votação das reformas administrativa e previdenciária será suficiente para justificar a convocação. **Páginas 2 e 4**

Ronaldo faz apelo em favor do Nordeste

A transposição do rio São Francisco, segundo o senador, resolverá o problema da seca. **Página 7**

Contrato temporário na pauta

Proposta está em condições de ser votada na sessão de hoje. **Página 3**

Forças Armadas reconhecem trabalho excelente do Congresso

O ministro-chefe do Estado-Maior das Forças Armadas (Emfa), Benedito Onofre Leonel, recebeu ontem pelo presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, elogiou os resultados do esforço realizado pelos parlamentares em 1997, e fez questão de trazer ao senador os cumprimentos das Forças Armadas pelo desempenho do Congresso Nacional durante o ano que passou, com a aprovação de inúmeras matérias de interesse relevante para o desenvolvimento do país.

O general Leonel disse que não poderia deixar de aproveitar a oportunidade da realização de visita protocolar de praxe pela passagem de ano para congratular-se pelos resultados de um ano de trabalho tão significativo para o Legislativo.

O ministro transmitiu também ao presidente do Congresso a confiança das Forças Armadas, certas de que os parlamentares saberão igualmente cumprir com seu dever para com o povo brasileiro, garantindo a votação das propostas necessárias ao preenchimento dos objetivos esperados pela comunidade durante 1998, apesar da situação atípica de realização de campanha eleitoral.

O Congresso examinou 132 matérias em 1997, das quais 31 medidas provisórias, enviou à sanção presidencial 57 projetos de lei e promulgou outros 26. Já o Senado apreciou 489 matérias nas 241



O general Leonel transmitiu a Antonio Carlos a satisfação com o Congresso

sessões plenárias realizada no último ano, tendo aprovado 385 propostas.

De acordo com o relato do general Leonel, não foram tratados no encontro assuntos de interesse específico dos militares. O ministro disse que as Forças Armadas aguardam

com tranquilidade a votação da emenda que institui o regime constitucional dos militares, prontas a acatar a decisão que vier a ser adotada pelo Congresso, e que não chegaram a solicitar urgência para a tramitação da proposta sobre a destituição de aeronaves inimigas.

Lauro alerta para os perigos da deflação

"O capitalismo não suporta a deflação, a não ser com elevados custos sociais, inclusive desemprego." O alerta foi feito em plenário pelo senador Lauro Campos (PT-DF), ao comentar declarações do diretor do Banco Central dos EUA, Alan Greenspan, o qual advertiu recentemente que a economia norte-americana pode se defrontar com queda de preços, e que isso produziria uma crise insustentável.

- Alan Greenspan, não podemos nos esquecer, há pouco tempo advertiu que o mercado de ações estava vivendo um momento perigoso. Pouco depois, o mundo viu as principais bolsas entrarem em crise - afirmou Lauro Campos.

Para ele, "os monetaristas brasileiros deveriam refletir sobre o alerta de Alan Greenspan", pois a economia nacional vem registrando quedas de inflação à custa "de juros altos, achatamento salarial e redução da atividade econômica".

- Em todas as crises do capitalismo houve deflação. É uma situação altamente perigosa e o Brasil pode estar às vésperas de uma vitória de

Pirro sobre a inflação, com efeitos colaterais sérios para a população - acrescentou.

Lauro Campos observou que os jornais de quarta-feira noticiaram que as taxas de juros devem subir novamente, cerca de 10 dias depois de o governo ter anunciado que elas seriam reduzidas. "Afinal, quem governa este país? Quem determina as taxas de juros? Quem determina o nível de emprego? Se é o governo que determina, ele está cometendo um crime contra a coletividade brasileira. Mas se não é o governo, então o governo do Brasil deixou de governar. Ele é governado."



Lauro: quem governa o país?

Agenda da Dia

PRESIDENTE

Senador Antonio Carlos Magalhães

9h - Preside Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal

PLENÁRIO

9h - Sessão Deliberativa Ordinária do Senado

Pauta: Discussão em turno único do "PLC nº 93/96 (tramitando em conjunto com o PLS nºs 239/95 e 42/96), dispõe sobre o contrato de trabalho por prazo determinado; "PLS nº 239/95 (tramitando em conjunto com o PLC nº 93/95 e com o PLS nº 42/96), dispõe sobre a contratação de empregados por temporada em localidades turísticas; "PLS nº 42/96 (tramitando em conjunto com o PLC nº 93/95 e com o PLS nº 239/95), altera dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT; e "PLC nº 68/97, autoriza o Ministério dos Transportes, por intermédio da Companhia Brasileira de Trens Urbanos - CBTU, a repassar à Companhia de Trens

Metropolitanos de Pernambuco - Coopertrens recursos para pagamento de pessoal; e terceiro dia de discussão em primeiro turno da "PEC nº 39/97, dispõe sobre o regime constitucional dos militares

PREVISÃO DE TRABALHOS

PLENÁRIO

Segunda-feira (12.01.98)

14h30 - Sessão Deliberativa Ordinária do Senado

Pauta: Quarto dia de discussão em primeiro turno da "PEC nº 39/97, dispõe sobre o regime constitucional dos militares

Terça-feira (13.01.98)

14h30 - Sessão Deliberativa Ordinária do Senado

Pauta: Quinto e último dia de discussão em primeiro turno da "PEC nº 39/97, dispõe sobre o regime constitucional dos militares

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães

1º Vice-Presidente: Geraldo Melo

2º Vice-Presidente: Júnia Marise

1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima

2º Secretário: Carlos Patrocínio

3º Secretário: Flaviano Melo

4º Secretário: Lucílio Portella

Suplentes de Secretário: Emília Fernandes - Lúcio Coelho

Joel de Holanda - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

Diretor da Sec. de Comunicação Social - Fernando Cesar Mesquita

Diretor de Divulgação e Integração - Helival Rios

Diretor do Jornal do Senado - Flávio de Mattos

Diretor da Agência Senado - José do Carmo Andrade

Com o objetivo de aumentar o número de empregos no país, proposta reduz alíquota do FGTS (de 8% para 2%) e corta à metade as contribuições para entidades como o Sesi, Sesc ou Senac

Contrato temporário pode ser votado hoje

O projeto de lei do Executivo que torna o contrato temporário de trabalho livre de limitações impostas pela CLT deverá ser apreciado hoje pelo plenário do Senado em turno único. Requerimento das lideranças do governo garantiu na quarta-feira (dia 7) a urgência da votação da matéria, que já foi aprovada nas comissões de Assuntos Sociais (CAS) e de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Pelo projeto, o trabalhador terá emprego garantido por até dois anos em qualquer atividade desenvolvida pela empresa, mediante convenções e acordos coletivos de trabalho. As empresas com até 20 empregados, porém, poderão celebrar contrato por prazo determinado diretamente com seus empregados.

As admissões com caráter temporário deverão representar acréscimo no número de empregados. Conforme argumentação apresentada pelo ministro do Trabalho na exposição de motivos da proposição, o governo espera, com este dispositivo que obriga a contratação de empregados temporários somente para vagas novas, que se afaste o risco de substituição de mão-de-obra.

A fim de diminuir os encargos sociais e aumentar o número de empregos, a proposta reduz alíquotas de encargos - de 8% para 2% a do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), e à metade as das contribuições para entidades como o Sesi, Sesc ou Senac.

As estabilidade provisórias da gestante, do dirigente social, mesmo suplente, do empregado eleito para cargo de direção das comissões internas de prevenção de acidentes, bem como o empregado acidentado ficam

garantidas durante a vigência do contrato por prazo determinado.

O projeto prevê a legalização do banco de horas, de modo que o excesso de horas trabalhadas possa ser compensado em outra oportunidade, dentro de um prazo de até 120 dias. Exclui, assim, o pagamento de hora-extra, que prevalecerá somente na hipótese de rescisão do contrato de trabalho sem que tenha havido a compensação integral da jornada extraordinária.



ACM: projeto está pronto

Quorum deve definir a votação, diz ACM

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, lembrou ao plenário que hoje já poderá ser votado o projeto que autoriza os contratos temporários de trabalho.

- Se houver quorum, o projeto poderá ser votado. Caso contrário, a matéria será submetida à votação do plenário na terça-feira - disse.

Também na terça-feira já entrará em votação a proposta de emenda constitucional que estabelece regime especial de tratamento aos servidores militares, diferenciando-os dos servidores civis em termos de reajustes de salários, deveres, obrigações e prerrogativas.

Novo modelo trará perdas ao trabalhador, afirma Odacir

O senador Odacir Soares (PTB-RO) advertiu que, se for aprovado o projeto que dispõe sobre o contrato de trabalho por prazo determinado, "o já sofrido trabalhador brasileiro, mal remunerado e ameaçado a todo momento da perda de seu bem maior, o emprego, ficará privado dos mais sagrados direitos trabalhistas adquiridos ao longo do tempo".

Odacir disse que com isso será minimizado o benefício do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, abolindo-se também as férias remuneradas e o aviso prévio. A seu ver, os trabalhadores ficarão desprotegidos, cerceados nos direitos e conquistas que nortearam a ação programática do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), desde sua fundação.

O senador fez uma análise de políticas adotadas por países da União Européia, afirmando que o Brasil não pode se espelhar num modelo que não deu certo. Odacir ressaltou que já começam a ser delineadas modificações nestas políticas, "com a ascensão de políticos de alinhamento à esquerda como o trabalhista Tony Blair, na Grã-Bretanha, e Jospin, na França".

Odacir fez questão de relatar o que vem acontecendo em alguns países da União Européia no que se refere à política da geração de desemprego e no desaparecimento das políticas assistencialistas.

- A União Européia - advertiu - já conta seus excluídos aos milhões. São 18,4 milhões de homens e mulheres privados de trabalho, de dignidade social e do consumo numa época



Odacir: sagrados direitos radicalmente materialista, mas incapaz de manter as garantias do estado previdenciário. Parece palpável o mal-estar causado por desigualdades e ressentimentos, os párias e desabrigados nas ruas das cidades-vitrines da civilização ocidental.

Amorim: projeto não atende aos anseios de reformulação

O senador Ernandes Amorim (PPB-RO) criticou a nova regra do contrato de trabalho por tempo determinado que está sendo analisada pelo Senado. "O projeto aproxima a legislação do trabalho da realidade, mas não atende aos anseios de reformulação da legislação previdenciária e trabalhista", enfatizou.

A legislação atual, criada no Estado Novo para enfrentar o avanço da tecnologia socialista no operariado brasileiro, está dissociada da realidade do fim da Guerra Fria e globalização, no entendimento do senador por Rondônia, para quem o desemprego e a crise da Previdência evidenciam a necessidade de sua reformulação. Mas "não há espaço para leis que imponham modelos totalitários, de



Amorim: livre negociação

cima para baixo, facistas ou comunistas; precisamos de leis que ordenem as práticas da realidade e essas práticas só podem ser aprimoradas a partir da livre negociação",

salientou Amorim.

O senador explicou que, com a nova lei, o contrato de trabalho por tempo determinado não depende da natureza do serviço ou da sua transitoriedade; a indenização para rescisão antecipada será definida livremente pelas partes; e o FGTS fica reduzido a 2% e as partes decidem depósitos mensais vinculados em favor do empregado, com periodicidade de saque.

Sobre a redução das contribuições sociais a entidades como o Sesc, Sesi e Senai, o senador propõe um projeto específico que reduza gradualmente essas contribuições, não apenas nos casos de contratos temporários mas em todos os casos.

Senador considera maliciosa versão de que convocação só beneficiará a classe política

Gilvam justifica trabalho extra dos parlamentares

O senador Gilvam Borges (PMDB-AP) afirmou ontem que, ao contrário do que tem sido difundido por parcela dos meios de comunicação, a convocação extraordinária do Congresso pelo Executivo estaria justificada até mesmo se a pauta se limitasse às reformas administrativa e previdenciária. Ele considerou "maliciosa" a versão de que

a suspensão do recesso visaria somente beneficiar os próprios parlamentares.

- Pretende-se indispor gratuitamente a opinião pública contra o Poder Legislativo, que, por encarnar a função estatal mais franqueada à fiscalização popular, expõe-se, com frequência, a acusações levinas e infundadas desse tipo - destacou.

Gilvam Borges observou que, em ano eleitoral, seria muito mais proveitoso para a classe política contar suas bases, "cuidando cada qual de seu futuro político imediato, no gozo do período legal do recesso parlamentar". Ao contrário dis-

so, o senador acredita que os parlamentares ocorrerão maciçamente a Brasília, "exaurindo, se possível, toda a pauta de trabalhos".

O senador também destacou a oportunidade da convocação, por prevenir "comportamentos ditados menos pelo interesse público geral que por medo de desgastes eventuais em redutos políticos particulares". Este é o caso das reformas administrativa e previdenciária, que, por seu conteúdo polêmico e impopularidade eleitoral, devem ser votadas o mais rápido possível, observou.

Quanto à reforma administrativa, o senador antecipou que, sem qualquer sentimento oposicionista, votará contra a quebra da estabilidade dos servidores públicos e pela manutenção dos direitos adquiridos. A seu ver, sem estabilidade há "o risco de colocar-se a ocupações e desocupações de cargos públicos ao sabor de picuinhas políticas locais, regionais ou mesmo nacionais".

Em aparte, o senador Júlio Campos (PFL-MT) salientou que, na atual legislatura, iniciada em 1º de fevereiro de 1995, "em todos os recessos parlamentares houve convocação extraordinária por decisão do Executivo".



Gilvam: crítica levinas

Veja o andamento das matérias da convocação



Nº	Assunto	Relator	Situação Atual
PEC 41/97	Reforma administrativa	Romero Jucá	CCJ (concedida vista coletiva por 5 dias)
PEC 39/97	Regime constitucional dos militares	Romeu Tuma	Hoje, segundo dia de discussão em 1º turno
PEC 50/96 (*)	Convoca plebiscito para realização de reforma constitucional	Jefferson Péres	Pronto para discussão no plenário, em 1º turno
Substitutivo da CD ao PLS 93/96	Planos de saúde	Sebastião Rocha	CAS
PLC 66/97	Pune a lavagem de dinheiro	Levy Dias	CAE
PLC 14/96	Propriedade intelectual de programa de computador	Roberto Requião	CE
PLC 93/96	Contrato temporário de trabalho	Romeu Tuma	Discussão e votação hoje, pelo plenário
PLS 249/89	Regula os direitos autorais	aguardando designação do relator	CCJ
PLS 219/95	Sigilo bancário	Jefferson Péres	CCJ
PLS 101/96	Cria região integrada de desenvolvimento do DF e Entorno	aguardando designação do relator	CCJ
PLC 47/96	Destruição de aeronave	Romeu Tuma	CCJ
PLC 50/97	Radiofusão comunitária	Sérgio Machado	CE
PLC 46/97	Lei Orgânica da Assistência Social	José Fogaça	CAE (aprovado parecer do relator). Vai a plenário
PLC 100/96	Serviço voluntário	Sebastião Rocha	CAS (vista coletiva)
PLC 007/97	Transporte multimodal de cargas	Gerson Camata	CI
PLC 31/97	Vínculo empregatício	Jonas Pinheiro	CAS
PLC 78/97	Relações de trabalho do atleta profissional de futebol (Lei Pelé)		Distribuído à CCJ / CAS e CE
PLC 68/97	Autoriza MT a repassar recursos para pagamento de pessoal (Copertrens - PE)	Roberto Freire	CCJ e CAE (aprovados pareceres dos relatores). Vai a plenário
PLC 69/97	Autoriza MT a repassar recursos para pagamento de pessoal (Metrofor - CE)	Lúcio Alcântara	CCJ

(*) Acrescentada à pauta da convocação por ato dos presidentes do Senado e da Câmara.

Obs.: Além dessas proposições específicas, a convocação extraordinária inclui matérias sobre tratados, acordos e atos internacionais, projetos de competência privativa do Senado, medidas provisórias, matérias orçamentárias e ainda as que estejam tramitando sob o regime de urgência ou que sejam encaminhadas neste período.

Serviço informativo 24 Horas do Senado Federal

Desenvolvido especialmente para dar suporte às emissoras de rádio e assessorias de comunicação, o Serviço 24 Horas do Senado funciona integrado ao sistema de discagem direta gratuita da Telebrás.

Ao ligar para 0800 (61) 4455, você encontra a seguinte programação:

- das 9h às 11h, a Agenda Senado - um resumo diário de todas as atividades legislativas programadas;
- das 11h às 14h30, a edição Amazônia do informativo Senado em Linha Direta;
- das 14h30 às 18h, a edição Nordeste do informativo Senado em Linha Direta; e
- das 18h às 9h do dia seguinte, a edição Nacional do informativo Senado em Linha Direta.

Maldaner aponta atraso de anos na votação das reformas

As reformas constitucionais em discussão no Congresso Nacional já deveriam ter sido votadas há pelo menos dois anos, afirmou ontem o senador Casildo Maldaner (PMDB-SC). "Nós já deveríamos estar colhendo, em 1998, os frutos dessas reformas", lamentou o senador, ponderando que as mudanças na Constituição são necessárias para a manutenção da estabilidade econômica.

- Se nós houvésemos agido mais, se o governo federal tivesse usado sua tropa de choque no Congresso, se a reeleição entrasse em pauta mais tarde e se tivesse havido um esforço concentrado, já teríamos votado as reformas há mais tempo - destacou.

De acordo com Casildo Maldaner, muitas pessoas estão questionando a neces-



Maldaner: votando hoje pauta de 95

sidade da convocação extraordinária do Congresso Nacional. "Na verdade, estamos confinados, em 1998, para concretizar as promessas de campanha da eleição de 1994", salientou. Na opinião do senador, o melhor momento para votação das reformas foi em 1995. Se isso tivesse ocorrido, acredita Maldaner, não haveria necessidade do pacote econômico para reduzir os efeitos da crise nas bolsas em 1997.

Revisão proposta por Simon entra em pauta

A proposta do senador Pedro Simon (PMDB-RS) que convoca plebiscito para opinar sobre a realização de uma revisão constitucional em 1999 foi incluída quarta-feira na pauta da convocação extraordinária do Congresso Nacional por ato dos presidentes das duas Casas, senador Antonio Carlos Magalhães e deputado Michel Temer. Com esse aditamento, o Senado tem, agora, três propostas

de emendas à Constituição para analisar durante o período de convocação. A proposição irá, agora, ao plenário para discussão em primeiro turno.

O senador Jefferson Pêres (PSDB-AM), relator da matéria, apresentou substitutivo que foi aprovado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em novembro último, e prevê para o dia 3 de outubro, simultaneamente às eleições federais, a decisão, pelo eleitorado, sobre a oportunidade de uma revisão constitucional. Caso aprovada, a revisão deverá ser promovida durante a legislatura a ser iniciada em 15 de fevereiro do próximo ano.

A convocação de um referendo, previsto na proposta original, para aprovar as mudanças feitas na Constituição, ficou de fora do substitutivo.



Simon: plebiscito na pauta

Benedita cobra esclarecimentos do Ibama. Tuma está assustado com o noticiário sobre a proposta, que Marina julga inadequada

Notícia de privatização de florestas gera apreensão

A senadora Benedita da Silva (PT-RJ) comunicou ontem ao plenário que encaminhará requerimento de informações ao Ibama para que esclareça as formas do programa de privatização das florestas da Amazônia. Ela disse ter ficado "assustada e perplexa" ao tomar conhecimento da notícia de que a floresta de Tapajós seria a primeira a ser privatizada pelo governo federal.

- Estou deveras perplexa com o que vi e ouvi na TV. Não posso entender essa política econômica de privatizar nossas florestas. Espero que o Senado



Benedita: perguntas para o Ibama

Federal possa levantar-se a favor de nossas vidas. Já não são só os estrangeiros que estão contrários à destruição do pulmão do mundo. Não podemos concordar com a iniciativa do

presidente da República - protestou.

Em aparte, o senador Romeu Tuma (PFL-SP) afirmou que também se assustou com o noticiário referente ao projeto de privatização da floresta amazônica e anunciou que irá acompanhar as investigações.

Já a senadora Marina Silva (PT-AC) disse que a proposta é inadequada, porque não foi discutida com a sociedade sobre como serão utilizados os recursos oriundos da privatização, e que o governo estaria reavaliando sua posição.

Suplicy espera que decisão judicial favorável a Collor seja derrubada já

Apointando a decisão do juiz substituto da 6ª Vara da Justiça Federal, Antonio Oswaldo Scarpa, que reconheceu o direito de o ex-presidente Fernando Collor de Mello disputar as eleições presidenciais, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) disse esperar que essa medida seja logo derrubada.

- O procurador-geral da República terá que contestar essa decisão e fazer valer a decisão tomada no ano passado pelo Supremo Tribunal



Suplicy: iniciativa judicial efêmera

Federal, que reconheceu a punição dada pelo Senado ao ex-presidente. O que se espera do procurador é que ele

aja eficazmente e que essa decisão tenha vida curta - afirmou o senador.

Suplicy sustentou que Collor feriu o decoreto do cargo e agiu contra os interesses públicos, praticando atos de corrupção que culminaram com sua punição.

O senador citou juristas que sustentam que, ao tornar Collor inabilitado para exercer função pública, o Senado o proibiu de assumir cargo eletivo, como é o caso da Presidência da República.

Artistas pedem por direito autoral

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, recebeu na tarde de ontem, em audiência, as atrizes Fernanda Montenegro e Marília Pêra e o ator Sérgio Mamberti, que vieram reivindicar a derrubada de dispositivos do Projeto de Lei 249/89, pelos quais reverterão ao empregador os direitos autorais de obras produzidas durante a vigência de contrato de trabalho ou prestação de serviços.

Os artistas entregaram ao senador documento elaborado por sindicatos e associações representativas de artistas, músicos, escritores, publicitários e demais titulares do di-



Antonio Carlos na audiência, entre Fernanda Montenegro e Marília Pêra

reito de autor, condenando a redação dada ao projeto. O texto, subscrito também por intelectuais e artistas de renome, entre eles Jorge Amado, Gilberto Gil, Carlos Seliar e Beth Carvalho, alega a incons-

titucionalidade da matéria.

O projeto foi incluído na pauta da convocação extraordinária e, antes de ser submetido ao plenário, será apreciado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.



Na Comissão de Assuntos Econômicos, os senadores debatem a proposta do governo, que agora será analisada pelo plenário

Aprovado parecer de José Fogaça na Comissão de Assuntos Econômicos. Prestação de contas dos programas sociais será feita aos tribunais de contas dos estados e câmaras de vereadores

Simplificação favorece a população carente

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou ontem parecer do senador José Fogaça (PMDB-RS) favorável a projeto de lei da Câmara que visa a descentralizar o controle e a fiscalização dos recursos destinados à assistência social no Brasil. O projeto depende ainda de deliberação do plenário.

De acordo com o projeto, apresentado pelo Executivo e modificado pela Câmara dos Deputados, a prestação de contas da aplicação dos recursos financeiros provenientes do Fundo Nacional de Assistência Social será feita, pelo

Distrito Federal ou estado beneficiado, diretamente ao respectivo tribunal de contas. No caso de município, a prestação deve ser encaminhada à Câmara de Vereadores. Sempre que houver determinação do Tribunal de Contas da União (TCU), as contas deverão também ser submetidas a essa corte.

O projeto estabelece ainda que os recursos serão repassados automaticamente para o fundo estadual, do DF ou municipal, independentemente de celebração de convênio, ajuste, acordo ou contrato, desde que estejam sendo aplicados seguindo as prioridades estabe-

lecidas nos planos de assistência social aprovados.

A matéria foi discutida pelos senadores Gerson Camata (PMDB-ES), Lauro Campos (PT-DF), Waldeck Ornelas (PFL-BA) e José Eduardo Dutra (PT-SE). Dutra apresentou emenda para estender ao Congresso Nacional direito assegurado ao TCU e ao Sistema de Controle Interno do Poder Executivo da União de acesso, a qualquer tempo, à documentação comprobatória da execução das despesas e da assistência social custeada, assim como aos registros dos programas pertinentes. O relator, entretanto, considerou

desnecessária a sugestão, no que foi acompanhado pela maioria dos membros da CAE.

Em seu parecer, Fogaça afirmou que o projeto possibilita maior rapidez no repasse de recursos da União para estados, DF e municípios, visando a atender as necessidades mínimas e básicas de populações carentes, mediante a simplificação dos procedimentos burocráticos:

- Permitirá, assim, a consolidação da descentralização para estados, Distrito Federal e municípios da prestação de serviços assistenciais - comentou.

RS ganha crédito do BNDES para renovar transporte coletivo

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), em reunião presidida pelo senador Bello Parga (PFL-MA), aprovou ontem parecer do senador Ramez Tebet (PMDB-MS) favorável a solicitação do governo do Rio Grande do Sul para que possa contratar crédito destinado ao financiamento de parte do Projeto de Renova-

ção do Transporte Coletivo por Ônibus nos Corredores Norte e Nordeste da Região Metropolitana de Porto Alegre.

A operação de crédito, no valor de R\$ 38,6 milhões, deverá ser feita junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDES), nos termos de projeto de resolução apresentado pelo relator. A



Ramez Tebet apresentou parecer favorável à liberação do empréstimo

matéria vai ainda à apreciação do plenário do Senado.

Ramez Tebet ponderou, em seu relatório, que, segundo o Banco Central, aquele estado se encontra inadimplente junto às instituições integrantes do sistema financeiro nacional,

mas ressaltou que, devido ao alcance do projeto, era favorável à aprovação do pedido de autorização, tendo em vista "os benefícios que terá a população no tocante à redução do tempo de transporte e às melhorias ambientais".

Copertrens terá verba para pagar pessoal

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou, também na reunião de ontem, parecer do senador José Eduardo Dutra (PT-SE) favorável a projeto de lei da Câmara que autoriza o Ministério dos Transportes, por meio da Companhia Brasileira de Trens Urbanos (CBTU), a repassar à Companhia de Trens Metropolitanos de Pernambuco (Copertrens) recursos para pagamento de pessoal. A matéria, que tramita em regime de urgência, depende ainda de deliberação do plenário do Senado.

Pelo projeto, os recursos serão equivalentes ao pagamento das despesas com a folha de pessoal, encargos sociais, benefícios e contribuição à Fundação Rede Ferroviária Federal de Seguridade Social dos empregados transferidos à Copertrens, por sucessão trabalhista, na data da transferência do Sistema de Trens Urbanos de Recife para o estado de Pernambuco. Os recursos serão repassados mensalmente a partir da data da efetiva assunção do sistema de trens urbanos de Recife pelo estado de Pernambuco até junho de 2001, inclusive. Caberá à CBTU analisar, acompanhar e fiscalizar, em nome do ministério, a utilização de tais recursos.



Dutra é autor do parecer

Benedita diz que cortes atingirão os trabalhadores

A senadora Benedita da Silva (PT-RJ) afirmou ontem que, embora o presidente da República insista em negar, os cortes efetuados no Orçamento atingiram em cheio a área social e mostram que o governo continua decretando a morte lenta e gradual de milhares de pessoas sob o argumento frio dos economistas de plantão.

- Os cortes existem e vão penalizar os mesmos de sempre: a população carente, os trabalhadores, o atendimento nas áreas de saúde e assistência social - ressaltou.

Benedita argumentou que, dos R\$ 8 bilhões cortados do Orçamento de 98 pelo governo federal, um total de R\$ 3,2 bilhões provém da área social, principalmente (R\$ 2,8 bilhões) nas atividades dos ministérios da Saúde, Educação, Reforma Agrária e da Assistência e Previdência Social.

Após cobrar explicação sobre os cortes, a senadora informou que na área de saúde, dos 85 mil doentes infectados com Aids, cerca de 50%, ou mais de 40 mil, ficarão sem remédios que receberiam gratuitamente. Neste setor, observou, os cortes chegaram a 70%.

- Os únicos programas preservados no Orçamento são os do próprio governo, ou seja, o Brasil em Ação e o Comunidade Solidária. Em pleno ano eleitoral, o presidente não iria retirar de seu projeto de reeleição as suas "obras sociais" - frisou.

Para Benedita, a insensibilidade do governo para com a sociedade civil organizada resulta também num "tiro de misericórdia" contra os servidores públicos. Após lembrar que o funcionalismo, pelo quarto ano consecutivo, não terá reajuste salarial, a senadora disse que foram retirados do Orçamento R\$ 2,2 bilhões que seriam aplicados em reajustes.

- É a velha política de colocar nos ombros dos servidores a conta da crise econômica por que passa o país - acentuou.

Obra custaria R\$ 800 milhões e resolveria em definitivo o problema da seca na região, argumenta o senador paraibano

Ronaldo propõe transposição do São Francisco para abastecer o NE

O senador Ronaldo Cunha Lima (PMDB-PB) defendeu ontem a urgente execução do projeto de transposição das águas do rio São Francisco, argumentando que, além de tecnicamente viável e economicamente rentável, com custo estimado em apenas R\$ 800 milhões, a obra resolverá definitivamente o problema da seca no Nordeste. "Se não solucionar o problema da seca, pelo menos a metade da população do Semi-Árido vai ter água para beber", argumentou.

Conforme o senador, milhões de reais têm sido gastos com ações quase sempre transitórias, e o que foi despendido pelo governo durante a última seca seria suficiente para viabilizar a transposição de águas. "Nesse caso, é mais barato construir", ponderou o senador.



Ronaldo: obra reduzirá o fluxo migratório

Ronaldo Cunha Lima considerou imprescindível a obra, que, além de reduzir as perdas de água por evaporação nos açudes, aumentaria a segurança hídrica regional, garantindo o abastecimento pe-

rene às atividades econômicas. O senador acredita que o empreendimento deverá diminuir os movimentos de migração da região para as grandes cidades.

- Ou se transpõem as águas, para salvar o Nordeste, ou os nordestinos continuarão a transpor suas fronteiras. O governo não quer isso. Tenho certeza de

que vai cumprir o que prometeu. Quem criou o Proer vai fazer a transposição: se há rios de dinheiro para salvar bancos, deve haver dinheiro para um rio que vai salvar vidas - afirmou o senador.

Campos defende criação do Plano Nacional de Saneamento

O senador Júlio Campos (PFL-MT) defendeu ontem que o governo priorize o saneamento básico na aplicação dos recursos públicos. Na sua opinião, "é um dever do Estado brasileiro convocar os profissionais do setor de saneamento, que estão dispersos, para elaborar um Programa Nacional de Saneamento Básico".

O senador lamentou que a crise nos mercados asiáticos tenha levado o governo a adotar políticas austeras de controle dos gastos públicos, pois, "neste momento de grandes turbulências e incertezas, os programas sociais são os primeiros a receber os cortes de recursos impostos pelas emergências que precisam ser adotadas pelas autoridades econômicas".

- Devemos admitir que os programas de saneamento básico e de habitação popular já estão duramente preju-



Campos: 70% da população não têm esgoto e água tratada

dicados pela nova conjuntura - acrescentou.

Júlio Campos observou que, conforme decisão do Conselho Monetário Nacional de 17 de novembro passado, foram limitados os recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) destinados a saneamento. Com os cortes orçamentários decididos esta semana, disse, é previsível um agravamento do quadro sanitário no país, que já registra um aumento assustador nos casos de cólera, tu-

berculose, tifo, sarampo, dengue e coqueluche, além de "taxas assustadoras de mortalidade infantil, motivadas por causas banais como diarreia".

Para o senador, esse quadro, em que cerca de 70% da população brasileira não dispõe de serviços de esgoto e água tratada, "é um verdadeiro crime", pois transformou o país num viveiro de doenças endêmicas que já atingem inclusive as classes mais abastadas.

PROGRAMAÇÃO

TV SENADO

7h - Entrevista com o senador Pedro Simon (PMDB-RS) sobre as mudanças necessárias na Constituição brasileira (inédito)

7h30 - "Jornal da Amazônia"

8h - "História da Humanidade" - documentário sobre a origem do homem (reapresentação)

9h - Sessão plenária (ao vivo)

Em seguida - Comissão de Assuntos Econômicos do dia 8 de janeiro sobre a descentralização da prestação de contas dos recursos do Fundo Nacional de Assistência Social (reapresentação)

14h30 - Sessão plenária (reapresentação)

19h30 - "Sete Dias na Política" - entrevista com o senador Pedro Simon e o deputado federal José Machado (gravado)

20h30 - "Congresso Hoje"

20h35 - "Senado em Pauta"

21h30 - "Fala Cidadão"

(reapresentação)

0h30 - "Jornal da Amazônia"

2h30 - Sessão plenária (reapresentação)

6h30 - "Congresso Hoje"

(reapresentação)

6h40 - "Senado em Pauta"

(reapresentação).

Obs.: Durante a programação serão transmitidos *flashs* de reportagens, institucionais, especiais.

RÁDIO SENADO

7h30 - "Jornal do Senado" (1ª edição)

7h40 - Música e informação

8h45 - "Plenário em Revista"

9h - Sessão plenária

Em seguida - Música e informação

13h30 - "Jornal do Senado" (2ª edição)

13h45 - Música e informação

19h - "A Voz do Brasil"

20h - Música e informação

22h30 - "Jornal do Senado" (3ª edição)

22h45 - Música e informação

0h - Retransmissão da sessão plenária

4h - Música e informação até as 7h30

Senador diz que o substitutivo do deputado Pinheiro Landim ao projeto do então senador Iram Saraiva não atende aos interesses dos consumidores e precisa ser também apreciado sob o ponto de vista da ética médica

Patrocínio critica projeto sobre planos de saúde

O senador Carlos Patrocínio (PFL-TO) destacou ontem vários aspectos polêmicos do substitutivo do deputado Pinheiro Landim ao projeto original do então senador Iram Saraiva que regulamenta os planos e seguros de saúde no país. Para ele, o substitutivo não atende aos interesses dos consumidores, representa um retrocesso no que diz respeito às cooperativas de saúde e precisa ser também apreciado sob o ponto de vista da ética médica, que condena o exercício da medicina como mero comércio.

Conforme o senador, por disposição regimental, ao substitutivo só poderão ser feitas emendas supressivas,

assinando que, além dessa alternativa, só restarão aos senadores a simples aprovação ou rejeição do substitutivo da Câmara. O texto original, aprovado pelo plenário do Senado em 1993, teve anexados outros 17 projetos originados da Câmara e três do Senado, resultando no substitutivo.

Patrocínio afirmou que, ao contrário do projeto original, que proibia a exclusão de certas moléstias nos contratos de assistência médica, o substitutivo mantém a exclusão da cobertura de determinadas doenças, além de prever a hipótese de vigência de planos e seguros apenas com cobertura ambulatorial, o que "desvirtua a prática da medicina". Os



Patrocínio aponta retrocesso

casos de cataclismos, guerras, comoções internas e epidemias também são excluídos da cobertura, todas essas exclusões representando um prejuízo para os beneficiários de pla-

nos de saúde ou segurados.

Na opinião do senador, trata-se de matéria muito importante, por envolver o bom funcionamento de um sistema que, hoje, reúne mais de 40 milhões de beneficiários e segurados e é composto por 20 seguradoras, 300 entidades de autogestão, 330 cooperativas médicas e 670 empresas de medicina de grupo.

O substitutivo regulamenta a medicina suplementar em sua totalidade, abrangendo, portanto, planos e seguros de saúde, e tratando as empresas prestadoras de assistência médica e as seguradoras como iguais, explicou Carlos Patrocínio. O pior, segundo disse, é o fato de o substitutivo "submeter ao

regime e às autoridades que regulam seguros as empresas de prestação de assistência médico-hospitalar em todos os seus segmentos - autogestão, medicina de grupo, cooperativas e entidades filantrópicas".

O projeto em questão desconsidera que as seguradoras não garantem o atendimento médico, mas sim o reembolso pecuniário dos gastos com a saúde - frisão.

Outro aspecto criticado pelo senador é o fato de o substitutivo descaracterizar, a seu ver, a operacionalização dos planos de saúde das cooperativas, por subordiná-las às regras do Ministério da Fazenda.

Roberto Requião denuncia "mercado de votos" conduzido pelo governo federal

O senador Roberto Requião (PMDB-PR) apresentou ontem em plenário uma gravação que, em sua opinião, demonstra a existência de "um mercado de emendas e de votos" conduzido pelo governo junto a parlamentares. Ele pôs no microfone a reprodução de um diálogo entre seu irmão, deputado Maurício Requião (PMDB-PR), e um funcionário do Ministério da Saúde.

Na conversa, o deputado indagava sobre emendas orçamentárias de interesse do Paraná que não haviam sido liberadas. O funcionário teria respondido que havia "um problema político" e que o deputado teria que telefonar para o gabinete do ministro da Coordenação Política, Luís Carlos Santos. No entender de Requião, isso caracteriza negociação de apoio político, daí por que sua "indignação é óbvia".

Esse é o governo de Fernando Henrique Cardoso e dessa forma querem cooptar o PMDB, querem ganhar a convenção, querem evitar candidaturas a presidente da República. Querem conduzir o processo político, na forma sordida da compra de votos que presidiu a votação da reeleição - afirmou.

Requião também narrou ter recebido comunicação do Ministério dos Esportes sobre a dificuldade de aprovação de uma emenda de sua autoria em razão da necessida-



Requião: indignação é óbvia

de de uma série de documentos. Posteriormente, o prefeito de Campina Grande do Sul (PR) o procurou desesperado, pedindo-lhe que falasse a esse respeito com o ministro Luís Carlos Santos. "Pedi ao prefeito que procurasse Luís Carlos Santos em meu nome e lhe dissesse alguns desafios", contou Requião.

O prefeito teria procurado a liderança do PSDB e liberado as emendas com a intervenção do líder Aécio Neves, segundo Requião, numa evidente troca de apoio político. Em seguida, o prefeito de Perobal (PR) teria recorrido às lideranças do PSDB e ao ministro Luís Carlos Santos com o mesmo propósito de liberar emendas. O ministro teria dito a esse prefeito que não lhe cabia fazer essas

liberações, visto que emendas orçamentárias estariam subordinadas a parâmetros técnicos. Requião disse que, mesmo assim, a liberação foi feita pelo secretário do ministro, "numa demonstração clara de que sua função é o mercado de emendas e de votos no Congresso, porque se ele podia liberar, como liberou, é porque realmente o governo estava negociando".

O senador se disse indignado com "a corrupção que toma conta do governo e que deseja abduzir o PMDB através de manobras sordidas e corrupção eleitoral". Criticou também "os parlamentares abduzidos que pretendem subordinar o partido à reeleição do presidente e depor o honrado presidente da legenda, Paes de Andrade". Para o senador, isso tudo é pano de fundo na tentativa de evitar que o PMDB lance candidato.

Ele sustentou que seu nome "está à disposição do partido" para ser levado à convenção nacional e lembrou ainda as candidaturas dos ex-presidentes Sarney e Itamar. Disse que "Sarney não é homem de frouidão nem de meias palavras" e que Itamar voltou para o partido exatamente para disputar na convenção. Ele comentou que fatos como a tentativa de destituir Paes de Andrade da presidência do partido lhe causam "nojo e indignação".

Valadares quer aumento para servidores públicos

O senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) pediu ontem que o governo conceda ajuste salarial aos servidores públicos federais. Para ele, a decisão seria um "ato de justiça" do presidente Fernando Henrique Cardoso porque o funcionalismo entra no 4º ano sem aumento salarial.

O servidor público tem sido colocado em segundo plano e tem sido visto como o patinho feio pelo governo. Será que não houve perda salarial? Mesmo com inflação baixa, se considerarmos que as taxas de energia elétrica, transporte, aluguel e casa própria aumentaram, houve considerável perda salarial - argumentou.

Na opinião de Valadares, além do congelamento do salário, os servidores públicos vivem "eteramente preocupados com as ameaças de demissões que surgem diariamente". Citando informações da imprensa, ele destacou que o Ministério da Administração anunciou que



Valadares: pelo menos, abono salarial

serão dispensados 50 mil funcionários não-estáveis.

- Se não for possível o reajuste, o governo poderia, ao menos, conceder um abono aos servidores, o que seria um gesto de humanidade; afinal, eles recebem um salário de fome. Também peço ao presidente Fernando Henrique que não ameace os funcionários com demissões, pois isso só aumenta o desespero para quem já passa por várias privações - enfatizou.

O pronunciamento de Valadares foi apoiado, em apertes, pelos senadores Humberto Lucena (PMDB-PB), Josaphat Marinho (PFL-BA), José Alves (PFL-SE) e Romeu Tuma (PFL-SP).